



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

## A CHEGADA DOS DESSEMELHANTES À ESCOLA: UM NOVO OLHAR

GENUZI DE LIMA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

### RESUMO

Este artigo é oriundo de vivência empírica e referências bibliográficas que se reporta aos primórdios na tentativa de visibilizar as necessidades especiais em sua construção histórica considerando a educação inclusiva como um modelo de políticas públicas, no entanto ainda distante da realidade. A construção da escola inclusiva implica em pensar, repensar, tempos, profissionais, recursos pedagógicos voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento das necessidades especiais, em virtude de suas particularidades, que apresentam limitações. O texto aborda o reinventar a prática pedagógica como elemento fundamental de inclusão através da interação do conhecimento adquirido pelos profissionais ao longo da carreira. Outro fator relevante é a disponibilidade em busca de novas formas de fazer considerando a diversidade das pessoas e individuais. A educação é um direito, e como tal, precisa ser garantido a todos sem distinção de cor, gênero, raça, religião, financeira e física, com um olhar voltado para a construção da justiça e dignidade do cidadão.

Palavras-chave: Primórdios, Educação Inclusiva, Diversidade

### ABSTRACT

This article is about empirical experience and bibliographic references that reports to past education, as focus the trajectory of people with special needs in their historical build, considering the inclusive education as reference to public policy, this kind of education is very far from reality yet. The construction of the inclusive school implies in reflections, rethinking, schedules, prepared professionals, educational resources focused on the possibility of access to people in need, development of people with special needs because of their peculiarities, respecting their limitations. The text introduces pedagogical practice as a fundamental element of inclusion through the interaction of knowledge acquired by professionals throughout their career. Another relevant factor is the availability to seek new ways of producing quality education, considering the diversity of their individual shortcomings. Education is a right, and as such right, it must be guaranteed to everyone without distinction of race, religion, social status, financial or physical condition, with the view toward to building justice and dignity of the citizen.

KEYWORDS: Past Education, Inclusive School, Diversity

### INTRODUÇÃO

Falar sobre esse tema não é novidade e pode se constatar que desde os primórdios com o aparecimento da escrita e de acordo com a análise a inclusão histórica já era percebida para melhor compreender a contextualização das pessoas com necessidades especiais no cenário da nossa civilização.

O artigo é oriundo de análises, reflexões e vivência empírica utilizando o método descritivo, que na concepção de Vergara (2009) a bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes sociais e material acessível ao público.

Pessotti (1984) definiu com maestria o pensar daquela época: a ambivalência caridade/castigo constituía a marca da educação medieval diante da deficiência mental.

O usual era tratar os deficientes com a expressão “as crianças do bom Deus”, e os que aceitavam eram com tolerância/aceitação ou descaso/omissão de cuidados e manutenção da vida.

De acordo com os relatos sobre direito de pessoas com necessidades especiais, tais direitos não estão dissociados da evolução da sociedade, nem a edição de suas leis.

Este escrito não tem o pretexto de justificar a forma de agir das pessoas, o que se vê ao longo da história é que o cristianismo começa uma nova etapa. Não é um sistema linear e homogêneo é apresentado sem pretensão de definir, mostra algumas tendências gerais com embasamento dos fatos, cada instante, a situação das pessoas com necessidades e suas dificuldades da realidade.

O que somos? Como alfabetizar pessoas com necessidades especiais? Como realizar prova diferente para pessoas com necessidades especiais? Que atitude tomar com a criança hiperativa ou de baixo índice de aprendizagem? Os alunos aceitam o diferente? Precisamos sensibilizar e conscientizar a sociedade para que ela adote a inclusão na elaboração e prática das políticas dos direitos e necessidades de todos os segmentos.

Para Lakatos e Marconi (2001) os estudos descritivos destinam-se a descrever as características de determinada situação descritivos, divergindo dos resultados exploratórios no rigor em que são elaborados seus projetos e contará com a vivência local e descrição dessas estruturas, coletará depoimentos, entrevistas que contextualizará em uma reflexão hermenêutica.

## **INCLUSÃO: CAMINHO PERCORRIDO**

A trajetória percorrida por pessoas com necessidades especiais foram estudadas por historiadores que se debruçaram sobre medidas, destaca-se Silva, (1987) e retornando aqueles registros que foram encontrados nos remanescentes das múmias egípcias que confirmam indícios explícitos dos males aos incapazes e também a maneira como tratavam as pessoas em grau de limitação física, intelectual, sensorial, cognitivo; havia dois tipos de tratamento na História Antiga e Medieval: rejeição sumária, de um lado, do outro a proteção assistencialista e piedosa.

Na Roma Antiga, os nobres e os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência à margem dos rios ou locais sagrados, que poderia ter a possibilidade de ser acolhida por famílias da plebe (essas empobrecidas).

Em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriam alguma deficiência eram lançados ao mar ou em precipícios.

Enquanto em Atenas em virtude da influência de Aristóteles que tinha um olhar diferenciado propagava “tratar os deficientes de igual constitui-se em injustiça” – os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade.

A mudança ocorreu no Império Romano quando surgiu o cristianismo, nova doutrina da época que pregava a caridade para as pessoas.

As classes não abastadas conseguiram enxergar luz no final do túnel e o cristianismo combateu, dentre outras práticas, o sacrifício de filhos nascidos com deficiência e com esse novo olhar surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indivíduos com deficiências.

Na trajetória da história as civilizações ocidentais, era normal procedimento de extermínio, abandono e/ou segregação com quem apresentavam alguma deficiência, quando aceitavam encaminhavam para prostituição ou entretenimento de pessoas que retrata o autor.

“Cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram tratados em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços e humilhantes” (SILVA, 1987)

Antes do término do século XX proliferava-se o direito de todos à educação e voltaram a constituir uma escola pedagógica seria estruturada de modo a contemplar as necessidades de todos, de forma igualitária, que foi disciplinada através de mecanismos legais nacionais e internacionais, como a Carta Magna (1988), Declaração Mundial para Todos (UNESCO, 1990), Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). No século XXI mais documentos norteadores para beneficiar os deficientes tais como: Convenção da Guatemala (2001) Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada e incorporada à Constituição como Decreto Legislativo Nº 186/2008 e ou a Lei da Figura, neste contexto, o quanto é significativo planejar, participar e contribuir na produção de políticas públicas na área e sobretudo, no que diz respeito à acessibilidade, seguindo a trilha da legislação.

No universo percebe-se o desenvolvimento educacional, a educação inclusiva se destaca pela demanda gradativa e um avanço no início do século XXI. Percebemos uma tendência internacional na valorização de ações e políticas de inclusão social e a escolarização dos educandos com necessidades especiais. A presença desses educandos em todos os níveis de educação comum nos convida a repensar a educação.

## REDEFININDO A DESSEMELHANÇA

Fator primordial quanto às reflexões é que havia uma crença bastante arraigada no povo que a maioria dos males indivíduos era oriundo da interferência de maus espíritos ou acerto de conta de pecados antigos.

Na verdade, estudiosos dos usos e costumes antigos dos povos do Oriente Médio indicam que a cura se encontrava na aceitação das causas para as deficiências baseada na tríade: castigo pelos pecados, interferência direta dos maus espíritos da natureza, quanto às limitações ao deficiente somente o poder divino era o remédio. Confirma-se esse fato no fragmento do Evangelho de São Mateus: *Apóstolos 9:34: “Disse-lhe Pedro: Enéias, Jesus Cristo te dá saúde. Levanta-te, e faz tua cama. Imediatamente ele se levantou e veio andando com eles.”* Deficiência é multideterminada por fatores e valores sociais que são constitutivos da segregação e estigmatização apresentam essa característica, assim definiu Aranha (1995).

Analisar o fragmento da poesia citado em Flor Amarela, “Deficiências”, sob a perspectiva da professora Renata: “Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade ter consciência de que é dono do seu destino”.

Crochik, (2006) o indivíduo é fruto da cultura, e mais, independe das características do objeto, diz mais respeito às preconceituosidade do que às características do objeto, No processo de socialização, o indivíduo, desde que nasce e é insensível às modalidades de sociabilidade, é impelido a incorporar estereótipos produzidos e fomentados pela cultura cujo intuito é no trabalho.

Percebe-se que preconceito não é inato e que tem como um de seus elementos, o estereótipo, é uma definição que surge antes de qualquer experiência tida pelo indivíduo como mecanismo de defesa.

O conceito de inclusão no sentido denotativo na acepção de Aurélio Buarque: “ideia ou conceito formado antecipadamente e de modo sério ou imparcial”, enquanto a exclusão é o: “ato ou efeito de excluir ou de ser excluído”.

A Constituição (1988) versa no artigo 208, a expressão “pessoas portadoras de deficiência, incluindo, neste universo, deficiência mental, visual, auditiva, física, motora, deficiências múltiplas, autismo, distúrbios severos de comportamento, aprendizagem e superdotados...”

O papel da legislação é garantir o acesso a todos, mas em relação à permanência ainda tem muito a avançar, pois muitos alunos descontextualizados, alto índice de reprovação. A parcela de pessoas com necessidades que chegam aos ensinos mínimos, considere as cotas existentes, isto demonstra que em suas vidas escolares há uma interrupção, por uma reprovação, ou a própria condição financeira, mesmo com as políticas assistenciais.

Outra definição analisada através da política de inclusão escolar, no contexto amplo é que o discurso da inclusão, é de oportunidades para todos. A verdade dos que vivem à margem e segregados da sociedade do que se diz “normais” são os mecanismos legais para minimizar os efeitos do preconceito no meio em que vive, sobretudo no âmbito da escola:

A inclusão do aluno deve ocorrer da seguinte maneira: aceitação por parte do professor e da turma; iniciar esta inclusão desde o ensino infantil; o aluno com deficiência deverá ter a mesma ou muito pouca diferença de idade dos demais; estimular as atividades familiares; trabalhar sempre com o concreto; repetir as atividades para que ele possa acompanhar e compreender; elogiar e destacar; disciplina e regras; não fazer diferença nas obrigações e nos direitos dos alunos. (NASCIMENTO, 2007.)

Em pleno século XXI, com a proliferação da era digital, e em uma sociedade onde tudo tem normas para melhorar, percebemos que o preconceito faz morada nas pessoas em relação às pessoas com necessidades especiais.

Acredita-se que essa situação é proveniente das crianças que ainda não possuem conscientização, discernimento e orientação por parte dos pais, escola e sociedade que não os ensinaram a respeitar essas diferenciações.

No meio em que vivemos o sujeito que tende a desenvolver preconceito em relação ao contexto, aos objetos, aos pensadores, ele tem o seu modo de se expressar, de olhar o verso e o reverso da medalha porque uns apresentam em suas atitudes aceitação, e a outra de rejeição.

Observe as atitudes não são inatas, constatamos através da análise de Crochik, (2006) que frisa: o contato possibilitado consequentemente à reflexão sobre o outro e si levando o indivíduo a desenvolver ou não preconceitos.

A sociedade é altamente desenvolvida, moderna, quando comparamos a aspectos científicos de compreensão, de capacidades e potencialidades quando se trata de pessoas com deficiência, essa mesma sociedade predomina a segregação, preconceito.

## REFLEXÕES DE INTERAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Em virtude da junção de elementos podemos colocar para análise e reflexão sobre a interação inclusiva a partir do meio.

Neste contexto não podemos deixar de indagar o papel da escola no processo de inclusão, e também ela é colocada das desigualdades sociais. Consta-se que pouco ou nada foi feito nas últimas duas décadas para a redução das acesso às pessoas com necessidades especiais.

A escola criou e desenvolveu práticas educacionais excludentes, comprova-se através de leituras referenciais que esse: taxas de reprovação e a evasão escolar, sequelas de uma educação fechada e tradicional, figura na vivência do deficiente panorama nacional até bem pouco tempo.

Alguns consideram que falta ajuste no sistema e basta oferecer oportunidades (capacitação aos servidores, reforma na escola, adaptação nos conteúdos), que certamente atenderá às necessidades diferenciadas de grupos so conseqüentemente, atuando na inclusão social.

Para pensar os limites da inclusão através da escola, que é uma instituição primordial na reprodução social, considere sociólogo francês:

O sistema de ensino é um dos mecanismos pelos quais as estruturas sociais são perpetuadas. Existem outros: o sistema econômico, a lógica da velha fórmula marxista segundo a qual o “capital vai ao capital”. Mas, nas sociedades modernas de ensino tem um peso maior, contribuindo com parte importante daquilo que se perpetua entre as gerações. Uma transmissão do poder e dos privilégios se faz por intermédio do sistema escolar, que serve ainda para substituir outras transmissões, em particular os que se operam no interior da família (...) contribui, então, para ratificar, sancionar, transmitir heranças culturais que passam pela família. (BOURDIEU, 2002)

De acordo com a busca percebe-se que exclusão não se limita às diferenças, mas está vinculada à desigualdade, e o processo de conscientização para que não haja reprodução à intolerância, ao preconceito, com certeza há uma década não havendo quanto as dificuldades de pessoas com limitações, as quais estão a um passo da nossa vivência, em situações que são normais não atentemos para os locais por onde passamos com a visão de quem tem limitação.

Para a consolidação de um ambiente inclusivo, ainda há muito para construir, pois estamos engatinhando para destruir legislações pertinentes.

A maioria das casas, de cidades interioranas ou próximas as capitais, de estrutura antiga são inacessíveis, cito com propriedade a casa em que moro e circunvizinhas tem calçada desnivelada, degraus e batentes fora dos padrões de acesso a qual limitação.

Em virtude de acessibilidade às pessoas com deficiência permanente ou temporária é um problema sério desconhecimento da situação, descumprimento da legislação quanto à construção de acesso com dignidade aos cidadãos. A situação é mais grave do que possamos imaginar, acredito que não podemos continuar de braços cruzados vamos a vencer esta batalha cotidiana, que não deve ser de alguns, mas de todos os cidadãos com ou sem necessidades especiais. Este desafio é do cidadão, acesso democrático ao “ir e vir”, sobretudo de “viver”, e neste panorama há consciência da diversidade.

Não temos competência para avaliar o papel da escola, da sociedade, quais as suas perspectivas na reprodução social. Pesquisado evidencia os fatos, observa-se que a escola possui limites estruturais para promover a transformação da inclusão social.

## **O CONTEXTO DA SITUAÇÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

O homem é produto do meio, isto é, segue parâmetros vive em grupo e divide suas experiências, não consegue narrar ou compartilhar por meio da linguagem, e não vive solitário precisa sempre dividir experiências, garante Benjamin comunicação não é mais narração, e sim a informação.

E quando o ser perde a capacidade de narrar torna-se impossível pensar, pois pensamento é formado por meio da linguagem consciência e conceitos que possibilitam dividir experiências.

Qualquer vivência é uma possibilidade de combate contra o preconceito, e podemos seguir o trilho Benjaminiano com o narrador colhe o que narra da sua experiência, própria ou relatada. E a transforma outra vez em experiência para a história” (BENJAMIN, 1987; p.60).

Outra forma de analisar as diferenças de pessoas com necessidades especiais e tentar explicações para justificar significativas é relacionar para os pressupostos de normalidade ou do prisma espiritual, em virtude desse conceito Média, período em que a deficiência era vista como um fenômeno metafísico e espiritual que podia ser atribuída à possessão demoníaca relata Gaio, (2006).

Em virtude do preconceito pode ter outra interpretação o processo de excluir as pessoas, veja quanto à abordagem do sc

... Processo acumulativo e pluridimensional que afasta e inferioriza, com rupturas sucessivas, pessoas, grupos, comunitários dos centros de poder, dos recursos e dos valores dominantes (...). As manifestações de exclusão estão relacionadas à ideia de processo. (ESTIVILL 2003, p. 39)

Acredita-se que esta situação é um percentual altíssimo de como não saber agir quanto ao dia a dia da instituição e resistência dos servidores e direções, através de queixas, não tem expectativas porque neste momento não existe Alad o dilema. Nós, profissionais da educação não tivemos treinamento, nem metodologia, nem consciência para ajudar e portadoras de necessidades especiais. E como educador esquecemos-nos do nosso papel, o que pode causar frustração dificultando assim a proposta de inclusão na instituição.

Nesse ínterim os servidores julgam-se incapazes de abraçar a causa e na instituição de ensino encontramos servidores impotentes frente a realidade que é agravada pela falta de espaço, de material adequado, de apoio administrativo e recu. Que fazer diante de tantas indagações sem respostas, e neste panorama deparamos com as dificuldades dentro da estigmas, frustrações, pavor, preconceito e expressões depreciativas tais como: "não sou capaz", "não sei o que fazer", "equipe profissional", "a direção não entende", "vai prejudicar o conteúdo programático", "não beneficia o aluno com deficiência rejeitado em sala de aula", "preciso de auxiliar em sala de aula", é um entrave para os docentes com deficiência habilidade.

O que fazer diante do contexto? Acredita-se que o professor está em outra dimensão quanto à inclusão, mero engajamento comunidade está despreparada para conviver com os deficientes.

Há outra imposição tanto pelo Ministério da Educação quanto a justiça que obriga as escolas a recebê-los e não oferecem metodologia, nem conscientização...

O educador ver o horizonte sem cor e neste mundo se encontra perdido diante de pessoas com necessidades especiais saída veja o que assevera Figueira, (1995) palavras são expressões verbais de imagens construídas pela mente, sem perda de certos termos muito difundido e aparentemente inocentes sobressai o preconceito implícito.

Além dessas falas, existe a zona de conforto e surge o medo quanto às mudanças o que o leva ao profissional acredita-se sentem ameaçados, e nessa atitude há descontrole em sala de aula levando o afastamento, o estigma e certamente diante de tantos empecilhos o professor desconhece quem é este indivíduo que tem habilidades, anseios, dificuldades e l

## CONSIDERAÇÕES

A compreensão quanto ao papel da escola no processo de inclusão social, não pode ser recriada sem levar em consideração a experiência empírica e o conhecimento já elaborado sobre o papel da escola na sociedade.

Seguir as propostas de escola libertadora, educadora, transformadora, e agora, inclusiva, vão sendo feitas. Portanto, exclusão considerada, conceituar inclusão e não deixar de considerar qual a escola modelo que queremos como referência escola analisada na perspectiva de Bourdieu, (1998) as dificuldades de se efetivar uma proposta inclusiva parecem mais exclusão distante do contexto – ou intransponíveis.

As mudanças são primordiais para a inclusão que exige interação de todos possibilitando à escola ser vista com construção de conhecimento, orientando a não discriminação, nem intolerância aos diferentes.

Em virtude disto a educação deve ter um caráter amplo e complexo, elaborando o alicerce para construção ao longo do indivíduo, independente das dificuldades poderá se beneficiar dos programas educacionais, desde que sejam dadas adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige dos servidores do âmbito institucional uma mudança além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

Não há nenhuma proposta de inclusão multiplicadora, no entanto é de consenso que esse processo é de responsabilidade preciso que a escola esteja pronta a "escuta", com o intuito de interagir com a construção do processo de inclusão escola. Pensar em inclusão é ter uma percepção voltada para a educação brasileira, ponto crucial de Januzzi, 1985 que narra fatos históricos e, sobretudo, por ações desenvolvidas para atender as necessidades da classe dominante. A autora aponta época em que a elite buscou educação fora do Brasil, enviando os filhos para a Europa ou o período em que a alfabetização fator condicionante de votos, ampliando o círculo daqueles que podiam participar do processo educativo. Reportando população conquistou o direito de votar, mas não a garantia de acesso à educação formal ou à informação de qualidade imprescindível ao desenvolvimento de consciência crítica.

O desafio é não excluir, é construir e pôr em prática no ambiente escolar com uma pedagogia que norteie o comum a todos os alunos independente de estigmas, porém capaz de atender diferencialmente aos alunos cujas características

trabalho diferenciado, Beyer, (2007).

O indivíduo deficiente que tem a possibilidade de frequentar à escola tem ganhos de valor incalculável.

Há pouco tempo, uma parcela mínima de deficientes tinha acesso aos bancos escolares, e a via de acesso era o ensino especializado, revelando que a relação entre deficiência e qualidade de vida eram divergentes.

O que dizer diante da situação? Que a legislação é um dos mecanismos capazes de promover a inclusão.

Discussões e investigações realizadas com a comunidade permitem pontuar algumas questões e dúvidas: O que despreparadas para atuar no palco. Somos educadores e mudamos o contexto seguindo os passos de Santo Antônio ( “mesmo que já tenha feito uma longa caminhada, sempre haverá mais um caminho a percorrer.”

Este texto é para mostrar que o cidadão com necessidades especiais possuem seus direitos adquiridos, sobretudo em re saúde, bem-estar, lazer, uma vez que os mesmos estão previstos na Constituição, (1988).

Neste panorama, século XXI precisa da junção de inclusão escolar levando em conta a especificidade do indivíduo e deficiências e limitações.

Historicamente a humanidade trata as pessoas com alguma deficiência como seres inferiores, basta acompanhar o des falar em acessibilidade e seu meios legais, é fazer uma caminhada no território da educação inclusiva, com um olhar em conteúdo programático, na formação de profissionais, nas barreiras arquitetônicas e aos meios de acessibilidades incl passos da educação, caminho para mudanças.

A educação é um direito do cidadão, que ainda precisa ser conquistado, garantir o acesso a todos não é suficiente, acesso e permanência de todos, só assim será possível discutir se existe uma educação igualitária, baseada na inclusão jamais na exclusão.

#### REFERÊNCIAS:

ARANHA, Maria S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. Temas em Psicologia, 1995.

BENJAMIN, W. O Narrador in Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense 3ª Edição, 1987

BEYER, Hugo Otto. Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como ruptura Ensaios Pedagógicos, Brasil, 2007

BÍBLIA. Português. Bíblia Mensagem de Deus. Tradução de P. João A. Mac Dowell, São Paulo. Edições Loyola, 1983.

BOURDIEU, P. Pierre. Escritos de educação. NOGUEIRA, M. A ., CATANI, A. (org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CONSTITUIÇÃO, Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/constituicoes-antiores-1cc06/12/2015>

CROCHIK, J. L. Preconceito, Individuo e Cultura. São Paulo: Casa do Psicólogo. 3ª Edição, 2006

DECLARAÇÃO de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. (1994, Salamanca). Brasília: (

ESTIVILL, Jordi. Panorama da luta contra a exclusão: conceitos e estratégias. Genebra: Bureau Internacional do Portugal, 2003

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 4.ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FIGUEIRA, Emílio. A Imagem do Portador de Deficiência Mental na Sociedade e nos Meios de Comunicação. In: BR/ Educação. Secretaria de Educação Especial. Integração. Ano 6. n. 15, Brasília: MEC/SEESP, 1995. p 31 - 33.

GAIO, R. Para Além do Corpo Deficiente: Histórias de Vida. Jundiaí: Ed. Fontoura., 2006.

HIPONA, Santo Agostinho de, Disponível em: <http://www.ppj23.com.br/site/default.asp?pg=conteudo&menucod=189>, ac

JANUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez; Autores associados, 1985 (

contemporânea).

KLÜCK, M. O papel do Programa Brasileiro de Acreditação Hospitalar na Gestão da Qualidade Assistencial. In: Anais Associação Latina de Análise de Sistemas de Saúde; Toledo, Espanha, set 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. São Paulo, Atlas, 2001.  
<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/acreditacaohospitalar-ganhos-qualidade-saude/acreditacao-hospitalar-ganhos-qu>  
acesso em 12/05/2015

PESSOTTI, Isaias. Deficiência Mental: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984

VERGARA SC. Projetos e relatórios de pesquisas em administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007: 92.

VILELA, Renata Arantes. Disponível em: <http://www.floramarela.org.br/secao.12,sm.11.aspx>, acesso em 19/06/2015

#### 1. Genuzi de Lima

Mestranda em Ciências da Educação: Formação Educacional e Interdisciplinaridade e Subjetividade

Grupo de Pesquisa: Mestrado e Doutorado – CEDU/UFAL CEAP/CESAMA/UNASUR

Curso: Mestranda em Ciências da Educação: Formação Educacional e Interdisciplinaridade e Subjetividade

E-mail: [genuzil@bol.com.br](mailto:genuzil@bol.com.br)

1. Genuzi de Lima, Mestranda em Ciências da Educação: Formação Educacional e Interdisciplinaridade e Subjetividade: Especialista em MBA Gestão em Recursos Humanos, FATEC, 2008, FABEJA, 2000, Graduada em Letras, Teól *Ecclesiae*
2. Trabalho apresentado ao Centro de Estudos Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca – CESAMA, em parceria com a Ensino e Aprendizado de Alagoas – CEAP, como requisito final para obtenção do título de Mestra, em nc Orientado por Marilice Pereira Ruiz do Amaral Mello, professora da Disciplina de Educação Inclusiva

Recebido em: 29/06/2015

Aprovado em: 30/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: